

Caros Leitores,

Com grande satisfação, apresentamos a Edição 2014 da Revista de Direito do UniFacex, segunda na configuração “Open Journal System”, consolidando a isenção no processo de editoração eletrônico pelo qual o periódico seleciona os seus artigos.

Assim, espera-se avançar cada vez mais no atendimento aos padrões de qualidade do Sistema Qualis, mantido pela CAPES, de modo a ambientar a Revista de Direito em uma posição de destaque na divulgação científica, como instrumento a oportunizar a difusão da pesquisa e contribuir no aporte dos benefícios dela decorrentes para a sociedade.

Dentre os trabalhos selecionados, são abordados temas atuais e polêmicos, em perspectivas desde as mais conceituais até as mais práticas, enfrentando temáticas polêmicas de abrangência nacional e, também, de repercussão local.

Dentre os manuscritos, evidencia-se a análise “Do Conceito Jurídico da e-Moeda”, no qual são abordadas questões atinentes ao Direito Civil e Empresarial, no que pertine especificamente à caracterização dos títulos de crédito e a demonstração da inserção das e-moedas nesse instituto.

Continuando no mesmo ambiente de relações privadas, estuda-se a “A Aplicação da Responsabilidade Civil Objetiva diante da Vulnerabilidade do Consumidor nas Relações de Consumo”, que perscruta a essência das relações de consumo em face das partes que compõem para determinar a vulnerabilidade do consumidor e justificar a necessidade da aplicação da responsabilidade civil objetiva do fornecedor para o caso de problemas na prestação de produtos e serviços.

Por outra vertente, segue o estudo sobre “A Viabilidade Jurídica do instituto da Desaposentação no atual Regime Geral de Previdência Social brasileira”, analisando a novel possibilidade de desaposentação que tem sido discutida nos tribunais do país, cada vez mais projetada em razão da frequente mudança de condições do sistema previdenciário brasileiro.

Também ligado à dimensão laboral da vida humana, “A tentativa de exclusão do Princípio do *Jus Postulandi* da Justiça do Trabalho: retrocesso jurídico” estuda, no processo do trabalho, o instituto da capacidade postulatória e evidencia a impossibilidade de sua exclusão sem a conseqüente imposição de dificuldades para o acesso à justiça, caracterizando a involução que restaria consignada.

Em seguida, diante das polêmicas surgidas na sociedade em razão da “Lei Seca” no trânsito, “A aplicação da Lei 11.705/08 (Lei Seca) – perspectiva constitucional a partir do Princípio da Proporcionalidade” estuda o impacto das sanções por ela estabelecidas sob a ótica da proporcionalidade constitucional.

Ainda, diante dos clamores políticos que têm sido revelados no contexto da crise de representatividade democrática que se instalou no país nos últimos anos, o estudo da “Eficácia e Efetividade da Ação de Investigação Judicial Eleitoral no Estado do Rio Grande do Norte” revela o grau de aplicabilidade da legislação eleitoral na perspectiva prática e os efeitos que os instrumentos de defesa da lisura eleitoral provocam no nosso Estado.

Por fim, “O entender semântico do Direito segundo Hans Kelsen” vem retomar a sempre atual discussão teleológica do sistema jurídico, bem como a discussão sobre a sua essência, desmistificando algumas percepções pouco precisas decorrentes, geralmente, de uma leitura superficial e pouco atenta do positivismo jurídico e da obra de Kelsen.

Desejamos a todos uma excelente leitura, aproveitando a oportunidade para convidá-los a submeter trabalhos para a nossa próxima edição!

Marconi Neves Macedo, Prof. Me.  
Editor-Chefe da Revista de Direito do UniFacex